



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ATA Nº03/2014

**----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE. -----**

Aos vinte sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezassete de Junho de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores. -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----José Maria Chambel Esteves; -----  
-----José Pereira de Sousa; -----  
-----César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----  
-----Inocência Rodrigues Cruz; -----  
-----Manuel Maria Pequeto Cardoso; -----  
-----Vitorino Gomes Monteiro; -----  
-----João Fernando Mexia Machado; -----  
-----Manuel Maria Ferreira Honório; -----  
-----José Miguel Baptista Homem; -----  
-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----  
-----Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----  
-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----  
-----João Filipe Ricardo; -----  
-----Paula Alexandra Vieira Duarte; -----  
-----Manuel de Oliveira; -----

Não esteve presente na sessão da Assembleia o Senhor Deputado Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes, tendo apresentado justificação; -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalheira Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

### **----- APROVAÇÃO DA ACTA -----**

----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a ata número dois, da reunião de trinta de Abril de dois mil e catorze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste órgão deliberativo. -----

----- **Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número dois, da reunião realizada a trinta de Abril de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por maioria, com uma abstenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU e quinze votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira do PPD/PSD e João Gralha, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS.** -----

Na aprovação da ata não votaram os Senhores Deputados João Filipe Ricardo e José Sousa por ainda não se encontrarem presentes na sessão da Assembleia. -----

----- **EXPEDIENTE** ----- (Vide anexo 1)

----- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO** -----

----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para se pronunciar inscreveu-se a Senhora Municípe Maria Lucinda moradora no Pedregoso; -----

= **Municípe Maria Lucinda** – “O que me trás cá é uma obra ao pé da minha moradia do qual acho que não está bem. Já andam há três anos a construir e eu pergunto quem é o empreiteiro da obra, se esta não têm, porque aquilo é feito aos poucos e está a prejudicar-me bastante. Primeiro Quando começou e eu manifestei-me logo, tirou à entrada do meu corredor cerca de sessenta centímetros, como se não bastasse o terreno não é dele, ainda era de herdeiros, irmãos e sobrinhos. Foi

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento da Câmara, entregamos papeis. Quem faz a obra é o próprio dono e feito à maneira dele, o que é certo é que a obra está quase concluída. Quando ligam a água, não posso estar em casa parece um tractor a trabalhar. Escrevi para a Câmara, hoje obtive resposta e o que me dizem é que vão fazer o isolamento, o que é certo é que quando foi para acabar uma parte da cozinha colocaram isolamento, do qual não sei, mas o barulho é o mesmo. Eu só não vejo as pessoas, mas tenho-as em minha casa e não vou abandonar a casa, porque é minha e custou-me dinheiro. Só pergunto o que é que se pode fazer, pois não posso estar assim. Outro assunto, é que à entrada do meu corredor tenho um portão, e por cima do meu portão na parede dele foi pôr uma janela de abrir, que acho que está mal. Também já falei das botijas de gás na rua, mas já me disseram que vão tirar. Gostava de ver esta situação resolvida.” -----

**Tomou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia:** “Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, mas este assunto não é da competência da Assembleia, nós transmitimos à Câmara que é quem têm competência e jurisdição sobre o assunto.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Senhora Múncipe do seguinte:** -----

“Esta é uma situação já recorrente, aliás já recebemos em atendimento a D. Lucinda, tanto eu como a Chefe de Divisão, Arquitecta Fátima. Estamos perante um conflito de direito privado. A obra está licenciada, tem um engenheiro responsável. Quanto à questão do ruído é o que sabemos, há a Lei do Ruído e se houver alguma questão a colocar, ela tem de ser colocada junto das autoridades, a GNR, que é quem controla a partir das vinte e três horas este tipo de incumprimento.” -----

**Tomou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia:** “Se bem percebi em termos de obra em si, está licenciada. Por conseguinte, só

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posso confirmar que é um problema de direito privado que nos ultrapassa tanto para a Câmara como para a Assembleia. Se há problema de ruído terá de ser com a GNR. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não é o Tribunal e o que se está a passar, por aquilo que a senhora está a dizer é um conflito entre duas pessoas e isso só o Tribunal pode resolver.” -----

### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – Leu uma intervenção cujo tema é “Governo volta a atacar tribunal constitucional e a constituição.” – **(Vide anexo 2)** -----

“Questiono ainda se em relação à Moção do Serviço Nacional de Saúde aprovada na Sessão da Assembleia de Abril, foi entreposta a providência cautelar.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro** – Leu uma intervenção cujo tema é “40 anos de Democracia”. **(vide anexo 3)** -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – Eu tentei preparar uma intervenção escrita mas o assunto que me leva a falar hoje, é um assunto que não necessita de ensaio. Eu não estive presente na última sessão e ao ler a ata reparei que houve público que se manifestou acerca da questão da Portaria oitenta e dois e da Moção que a CDU apresentou, e disse uma coisa que me deixou muito pensativa. Disse que concordava com a Moção em parte mas que no fundo se tratava de encerrar serviços que já estão encerrados. O que acontece é que de fato essa é a ideia geral que as pessoas têm dada a lentidão que o Serviço Nacional de Saúde trabalho hoje em dia. Pegando nas palavras de um socialista António Arnaut, num artigo da revista

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Medicina Familiar «...creio ser indiscutível que os indicadores de saúde estão a degradar-se, o Serviço Nacional de Saúde está a defenhar e se não é intencional, parece...». O Centro Hospitalar do Médio Tejo tem sido despojado de meios, de fundos, de pessoas e quase parece que estamos a encerrar coisas que já estão encerradas, porque de fato demora um ano a conseguir consulta, mas como disse ali o Deputado Vitorino na sua intervenção, o que é perdido dificilmente é recuperado e há que continuar a bater neste assunto as vezes que forem necessárias porque diversos gerentes hospitalares vão encontrar na Lei internamente exceções que possam contornar a Portaria mas o que deve estar em causa para nós aqui, não é encontrar uma exceção à Portaria mas combatê-la de raiz, porque se de fato as coisas neste momento já não funcionam bem e posso falar nisso em primeira instância, porque trabalho numa instituição hospitalar, trabalho no hospital do Entroncamento, que é chamado um hospital de retaguarda, que todos os dias tem dezenas de chamadas de pessoas que pedem ajuda que neste momento não conseguem obter nos hospitais do Médio Tejo. Chegamos ao ridículo de utentes que dão entrada e passado uma hora acabam de falecer no nosso hospital, com alta em hospitais à nossa volta. Ora, falando assim nestes termos parece que está tudo fechado, que realmente não vale a pena lutarmos para manter estes hospitais abertos, quase que parece assim, quando nos chamam para dar alta a um familiar ameaçados de polícia, que se não formos levantar o nosso familiar somos acusados de crime de abandono, quando temos meia hora de ensinamentos a alimentar um utente que está entubado e a virá-lo na cama porque já não se vira sozinho e tome lá o seu familiar porque aqui chega, realmente parece que tudo aqui à nossa volta está fechado e que não podemos recorrer a lado nenhum, mas acontece que os serviços ainda existem, funcionam mal, mas existem. Se deixarmos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que esta Portaria vá para a frente eles vão deixar de existir e aí aonde é que vamos recorrer? A hospitais que neste momento já têm tantas dificuldades ou maiores ainda daqueles que existem perto de nós, é que se nós estamos mal, pior vamos ficar, vamos ser enviados para urgências de cardiologia a três horas de viagem e onde nos esperam mais três, seis ou sete horas de atendimento, acham mesmo que vamos sobreviver? Eu acho que não! E acho que temos de nos debater pela extinção da Portaria e pelo recuperar da dignidade das especialidades e do Serviço Nacional de Saúde nomeadamente aqui no Centro Hospitalar do Médio Tejo. É por isso que devemos debater não por exceções, não pelo deixar avançar, isto é um atentado aos nossos direitos, não podemos deixar que isto passe e devemos manifestarmos o mais altamente possível, nas mais altas esferas e não deixar que isto avance, por isso, eu tenho uma proposta e é obvio que isto é assunto muito pessoal, acho que está acima de qualquer cor política porque nós quando vamos a um hospital não apresentamos o cartão de filiado, apresentamos o cartão de utente, somos todos iguais quando precisamos de serviço de saúde, portanto acho que é uma questão que está acima de qualquer motivação política e tenho um apelo para todos o Senhores Deputados, vereação, executivo de assinarem um manifesto em defesa do Serviço Nacional de Saúde, pelos cuidados de saúde de proximidade e qualidade no distrito de Santarém. **(vide anexo 4)** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Só uma pequena nota por causa da pergunta que fiz ainda a pouco. Já percebi que a providência cautelar não foi enviada e não há problema nenhum. Já me tinha lembrado que pudesse passar despercebida e só não liguei porque soube que estava com um problema de saúde de um familiar. Só peço é que se o processo não avançou que avance agora.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Senhor Deputado do seguinte:** -----

“De fato houve aqui um erro ostensivo que assumo. Ontem foi deliberado por unanimidade na Câmara Municipal de Tomar itentar uma providência cautelar. Tem sido praxis da Comunidade Intermunicipal e tem sido concertando entre todas as Câmaras Municipais no sentido de termos mais força em termos políticos, porque em termos jurídicos, como estamos perante atos legislativos os Tribunais, porque o Governo invoca sempre interesse público e não apreciam bem estes atos. Foi deliberado também no mês de Junho pela Assembleia Municipal de Torres Novas, por unanimidade, tentar uma ação cautelar. Faz todo o sentido ser em adesão porque as custas judiciais são significativas e quem domina esta temática sabe que numa ação cautelar tem que ser intentada uma segunda ação sob pena da providência cair e as custas não são tão leves em termos económicos como possa parecer. Havendo pelo menos uma posição comum que ela seja concertada em sede de Comunidade. O que vos posso prometer é que na próxima reunião esta situação será abordada no sentido de concertar posições já tomadas como a da Câmara Municipal de Tomar, de Torres Novas e de Vila Nova da Barquinha.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo -**

“Independentemente da questão financeira se houver mais do que uma entidade poderá ter mais peso para itentar uma providência cautelar do que se for uma só, embora essa uma possa representar diversas câmaras e muitas vezes dependem dos tribunais onde se ocorre, se são atendidas ou não. Mas qualquer das maneiras eu aguardo que diga alguma coisa, mas fico na ideia que na próxima reunião da Comunidade Intermunicipal seja abordado isso, certo?” -----

**Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do seguinte:** -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Pelo que esteve a ver deliberou a Câmara Municipal de Tomar intentar uma ação, assim como a Assembleia Municipal de Torres Novas, por isso faz todo o sentido. De qualquer maneira isso não desculpa o meu lapso, de fato eu assumo que me passou ao lado a recomendação.” -----

**Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do nº2, do art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro.** -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação da atividade municipal ao abrigo da alínea c), do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze. – **(vide anexo 5)** -----

**Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos:** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

= **PDM** - “Gostaria de saber qual ponto de situação atual do PDM. -----

= **Delimitação da REN** - E se a proposta de delimitação da REN tem grandes alterações em relação ao estado atual.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

= **Águas do Centro** - “Sobre o acompanhamento técnico às obras da empresa Águas do Centro, que obras são? -----

= **Limpezas** – Há série de limpezas feitas pela câmara, nomeadamente na freguesia da Praia do Ribatejo, e não me admira que assim seja, mas as freguesias neste momento nem para estas pequenas coisas tem capacidade de responder, tendo isso previsto no protocolo que foi assinado. Se isto aparece aqui é porque foi feito pela Câmara e não pelas freguesias, certo?” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

= **PDM** – “Não há grandes alterações, a única alteração foi a que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentei na última reunião de câmara: a questão da Agro-Industrial na Praia do Ribatejo, ou seja, com esta exceção mantêm-se tudo. -----

= **Águas do Centro** – Estamos a falar da questão de acompanhamento da deslocalização da Etar da Praia do Ribatejo. -----

= **Limpeza na Freguesia da Praia do Ribatejo**– Quanto à limpeza da freguesia da Praia do Ribatejo devido à sua extensão temos que recorrer à máquina da Câmara Municipal, pois a Junta não dispõem de meios mecânicos. Como é exemplo da última intervenção que fizemos da estrada nacional até ao Castelo de Almourol onde é possível rentabilizar algum serviço, por isso também há esta parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.” -----

-----//---

**Depois de encerrada a ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar os Senhores Deputados do seguinte:** -----

= **Serviço de Saúde na Freguesia da Praia do Ribatejo** – Deu conhecimento da reunião tida no Centro de Saúde onde estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara – Fernando Freire, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo – Benjamim Reis, Director do Sentro de Saúde – Dr. Branco, onde se tratou da gestão do serviço de saúde na freguesia da Praia do Ribatejo, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro pois não haverá serviço de saúde na Freguesia por motivos de férias dos médicos e enfermeiros. Todo o serviço será efetuado na sede de concelho, em Vila Nova da Barquinha do qual a Unidade de Saúde pediu a colaboração da Autarquia e da Junta de Freguesia no transporte dos utentes. Foi elaborado uma aviso à população. **(vide anexo 6)** -----

= **Concurso Para Chefe de Divisão** – Deu conhecimento que encerrou o prazo para a entrega de candidaturas para os cargos de dirigentes desta



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Câmara Municipal. Para a referência um – Chefe de Divisão da Divisão Municipal de Desenvolvimento Social temos oito candidatos. Com relação jurídica de emprego público são seis e sem relação jurídica de emprego público são dois candidatos. Com cargo em funções de dirigente um candidato. Para a referência dois – Chefe de Divisão da Divisão Municipal dos Serviços Técnicos temos seis candidatos. Com relação jurídica de emprego público são seis e com cargo de dirigente, um candidato.” -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom Fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

### **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**

(Rui Monteiro Picciochi)

### **O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**

(João Manuel Alves Gralha)

### **O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**

(Inocêncio Rodrigues Cruz)

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b>	Lista de Expediente
<b>Anexo 2</b>	Intervenção Política da CDU, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo, cujo tema “Governo volta a atacar tribunal constitucional e a constituição”
<b>Anexo 3</b>	Intervenção Política do Senhor Deputado Vitorino Monteiro, cujo tema é “40 anos da democracia”
<b>Anexo 4</b>	Manifesto apresentado pela CDU e lido pela Senhora Deputada Paula Duarte, cujo tema é “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde – por cuidados de saúde de proximidade e qualidade no distrito de Santarém”
<b>Anexo 5</b>	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
<b>Anexo 6</b>	Informação aos utentes do Polo de Saúde da Freguesia da Praia do Ribatejo